



LEI Nº 705

Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município para o exercício de 1.992 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Papagaio, por seus representantes aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A lei orçamentária para o exercício de 1.992 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica e da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, no que coube.

Art. 2º - As receitas abrangerão a receita tributária própria, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º - As receitas de impostos e taxas terão por base os valores do orçamento de 1.991, corrigidas pelo índice de inflação projetado para 1.992, levando-se em conta:

I - a expansão do número de contribuintes.

II - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º - Os valores das parcelas a serem transferidas pelos Governo Federal e Estadual serão fornecidas por órgão competente do Governo do Estado, até o dia 15 de Agosto de 1.991.

§ 3º - As parcelas transferidas mencionadas nos parágrafo anterior serão as constantes no art. 158 e 159 I b, c e II, § 3º da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas serão fixadas no mesmo valor da receita prevista e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, ficando assegurado o máximo de recursos à despesa de capital.

Parágrafo Único - O poder legislativo encaminhará, até o dia 1º de Agosto, o orçamento de suas despesas acompanhado de quadro demonstrativo dos cálculos de modo a justificar o seu montante.

Art. 4º - À manutenção e desenvolvimento do ensino, será destinada parcela de recursos não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, inclusive as transferências dos governos do Estado e da União, resultantes de suas receitas de impostos.



§ 1º - As parcelas transferidas pelas esferas de governos mencionadas no artigo, são as referidas no artigo 2º § 3º desta Lei.

§ 2º - Serão destinados também, à manutenção e desenvolvimento do ensino, vinte e cinco por cento das parcelas transferidas pelos Governos da União e do Estado, provenientes do recebimento de antigos impostos inseridos em suas competências tributárias respectivas, como:

I - Imposto Único sobre combustíveis líquidos e gasosos.

II - Imposto sobre transportes rodoviários.

III - Imposto Único sobre minerais.

IV - Imposto sobre transmissão de bens imóveis.

Art. 5º - Até a promulgação da Lei Complementar a que se refere o art. 169 da Constituição Federal, o Município não dependerá, com pessoal parcela de recursos superior a sessenta e cinco por cento do valor da receita corrente consignada na lei do orçamento.

Parágrafo Único - A despesa com pessoal referida no artigo abrangerá:

I - o pagamento de subsídios dos agentes políticos

II - o pagamento do pessoal do poder legislativo

III - o pagamento do pessoal do poder executivo, incluindo-se o pagamento dos aposentados e pensionistas e do pessoal ocupando na manutenção e desenvolvimento a que se refere o art. 4º desta lei.

Art. 6º - As despesas com pessoal referidas no art. anterior serão comparadas, através de balancetes mensais, com o percentual da receita corrente, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 7º - A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependente de existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

Parágrafo Único - Os recursos referidos no artigo são provenientes de:

I - Superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

II - Os provenientes de excesso de arrecadação.

III - Os provenientes de anulação parcial ou total, de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.

IV - O produto de operações de crédito autorizados, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Art. 8º - Sempre que ocorrer excesso da arrecadação a este, for acrescentado adicionalmente ao exercício, através da abertura de crédito suplementar, destinar-se-á à manutenção e desenvolvimento do ensino parcela de vinte e cinco por cento, proporcional ao excesso de arrecadação utilizado.



Art. 9º - Aos alunos ensino fundamental obrigatório e gratuito da rede municipal, será garantido o fornecimento de material didático escolar, transportes, suplementação alimentar e assistência à saúde.

§ 1º - A garantia contida no art. não exonera o Município de assegurar estes direitos aos alunos da rede estadual de ensino, por meio de convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação.

Art. 10º - Quando a rede oficial de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento pela rede particular de ensino.

Parágrafo Único - Não havendo escola particular de ensino fundamental e médio no Município, poderão ser concedidas bolsas de estudo para atendimento ao aluno em outro Município.

Art. 11º - A manutenção da bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo do aluno, estabelecido em Lei.

Art. 12º - Não serão concedidas subvenções sociais a entidades que não sejam reconhecidas como pessoa jurídica de utilidade pública nas áreas de saúde, educação e assistência social geral, com registro legalmente no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e das pessoas jurídicas Registro de Títulos Declaratórios e Pessoa Jurídica dos estatutos respectivos, incluindo-se as de assistência filantrópica e assistência técnica.

Parágrafo Único - Só se beneficiarão de concessões de subvenções sociais as entidades que não visem lucros, não remunerem seus diretores e que se submetem à fiscalização da Contabilidade municipal, através de prestação de contas periódica, em relação às importâncias que lhe forem repassadas àquele título.

Art. 13º - A lei de orçamento garantirá recursos aos programas de saneamento básico e de preservação ambiental, visando a melhoria de qualidade de vida da população.

Art. 14º - A lei só contemplará dotação para início de obras, após, a garantia de recursos para pagamento das obrigações patronais vincendas e dos débitos com a Previdência Social decorrentes de obrigações em atraso.

Art. 15º - Os órgãos da administração descentralizada que receberam recursos do Tesouro Nacional, apresentarão seus orçamentos detalhados das necessidades e acompanhados de memorial de cálculos que justifiquem os gastos, até 1º de agosto de 1.991.

Art. 16º - Só serão contraídas operações de crédito por antecipação de receitas para atender a insuficiência de caixa quando se configurar imi-



Administração: JOAQUIM TEODORO DA SILVA

nente falta de recursos que possa comprometer o pagamento da folha de pessoal e de fornecedores de bens e serviços em tempo hábil, observado o limite estabelecido no artigo 7º, § 1º, da Resolução 58/90, do Senado Federal.

§ 1º - As operações de crédito de que trata este artigo deverão ser obrigatoriamente liquidadas até trinta dias após o encerramento do exercício de 1.992.

§ 2º - A contratação de operação de crédito para fim específico somente se concretizará se os recursos destinarem a programas de excepcional interesse público, observados os limites estabelecidos nos artigos 165 § 8 e 167 III da Constituição Federal.

§ 3º - Em qualquer dos casos a operação de crédito depende de prévia autorização legislativa.

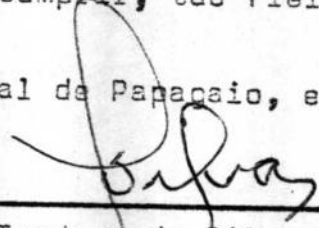
Art. 17º - As compras e contratação de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando obrigatório, nos termos do Decreto-lei 2.300, de 21 de novembro de 1.986, e legislação posterior.

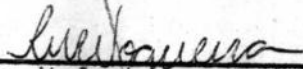
Art. 18º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todos quanto o conhecimento desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão fielmente, como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Papagaio, em 22 de Agosto de 1.991.

  
\_\_\_\_\_  
Joaquim Teodoro da Silva - Prefeito Municipal

  
\_\_\_\_\_  
Rosa Maria Valadares Reis Nogueira  
Secretária